

Neste artigo, você verá:

- Infração Tributária
- ICMS
- Operações Específicas com ICMS
- Ônus da Prova
- Conclusão da Decisão Judicial

Infração Tributária

- Princípio
 - **Tempus Regit Actum**: A infração tributária sujeita-se ao tempo da prática do ato infracional (Fundamento implícito: Princípio da legalidade tributária, CF, art. 150, I; CTN, art. 144).

ICMS

- Fato Gerador
 - Momento Caracterizador: Saída da mercadoria do estabelecimento do contribuinte, destinada ao consumidor, independentemente da natureza da operação (CTN, art. 116, I; Lei Complementar nº 87/1996, art. 12, I).
 - Exceção/Especificidade: Venda de produção do estabelecimento ou venda de mercadoria adquirida/recebida de terceiros, ambas originadas de encomenda para entrega futura.

Operações Específicas com ICMS

- Venda à Ordem ou Venda para Entrega Futura
 - Previsão Legal Específica
 - Legislação Estadual Goiana: (Decreto Estadual nº 4.852/1997, art. 13 e ANEXO XII, art. 31 do RCTE - Regulamento do Código Tributário Estadual).
 - Emissão de Dupla Nota Fiscal: Permitida e legítima para estas operações.
 - Primeira Nota Fiscal:
 - Natureza: Simples faturamento (Não há destaque de ICMS neste momento, pois não houve a saída da mercadoria).
 - Segunda Nota Fiscal:
 - Natureza: Referente à saída efetiva da mercadoria para entrega ao



consumidor.

- **Destaque do ICMS**: Efetivado neste momento, coincidindo com o fato gerador da saída da mercadoria.
- o Contexto da Operação: Setor de venda de móveis e utensílios mobiliários, onde a entrega futura é comum devido à fabricação pós-venda.

Ônus da Prova

• Fato Desconstitutivo do Direito do Autor: Incumbência da parte apelante (Fisco) em demonstrar a invalidade da emissão da dupla nota fiscal ou a ausência de recolhimento indevido (CPC, art. 373, II).

Conclusão da Decisão Judicial

- Infração Nula: Ausência de irregularidade na emissão de dupla nota fiscal, pois há previsão legal para as operações de venda para entrega futura.
- Sentença Mantida: Confirmação da decisão de primeira instância.
- Majoração dos Ônus Sucumbenciais: Consequência da manutenção da sentença e desprovimento do recurso.